



SENADO FEDERAL

(*) PARECER Nº 1.528, DE 2005

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

São submetidas à apreciação desta Comissão as emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, *que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento, e dá outras providências.*

O referido projeto de lei foi aprovado, em decisão terminativa, nesta Comissão, em 14 de dezembro de 1999. Transcorrido o prazo regimental de cinco dias sem que tenha sido interposto recurso para sua apreciação em Plenário, a matéria foi enviada à Câmara dos Deputados em 23 de março de 2000.

*** Republicado por incorreção no Anterior**

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado, com emendas que suprimem o seu art. 2º, e conferem nova redação ao seu art. 1º

II – ANÁLISE

Nos termos da Seção V do Capítulo XI do Regimento Interno do Senado Federal, que trata do processo legislativo referente à emenda da Câmara a projeto do Senado, compete à Comissão de Assuntos Sociais tão-somente a aprovação ou rejeição dessas emendas, vedadas quaisquer modificações.

Isso porque, conforme definido em seu art. 285, emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda

Mais ainda fica determinado também nessa seção que a discussão e votação das emendas da Câmara a projeto do Senado far-se-ão em globo, ressalvadas as exceções ali previstas.

Dessa forma, a esta Comissão cabe, unicamente, pronunciar-se sobre as emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999.

A primeira emenda, como já referido anteriormente, trata da supressão do art. 2º do projeto do Senado enviado à Câmara, que estabelecia que o Poder Executivo regulamentaria esta lei em até noventa dias após a sua publicação.

De maneira correta, a Câmara procedeu à sua supressão, pois, com base na ADIN 546-4, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Poder Legislativo não pode assinar prazo para que outro Poder exerça prerrogativa que lhe é própria. Essa Emenda visou, assim, escoimar vício de inconstitucionalidade contida no art. 2º do projeto.

Por sua vez, a segunda Emenda visou apenas a adequar a redação do art. 1º do projeto do Senado às normas relativas à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação das leis, definidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998. Trata-se, assim, de uma emenda de redação.

Nota-se, portanto, que as emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, submetidas agora à apreciação do Senado Federal, não implicaram quaisquer modificações quanto ao mérito e ao alcance da matéria.

III – VOTO

Por entendermos que as emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, corrigem vício de

inconstitucionalidade contida em seu art. 2º, e por procederem à adequação exigida nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, somos pela aprovação das Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

EMENDAS DA CD AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, de 1999	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1/2005 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR:	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1. HERÁCLITO FORTES - PFL
GILBERTO GOELLNER - PFL	2. JOSÉ JORGE - PFL
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3. DEMÓSTENES TORRES - PFL
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4. ROMEU TUMA - PFL
FLEXA RIBEIRO - PSDB	5. EDUARDO AZEREDO - PSDB
JOHNEL PAVAN - PSDB	6. LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB	7. TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB
REGINALDO DUARTE - PSDB	8. SÉRGIO GUERRA - PSDB
PSDB TITULARES	PSDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1. WELLINGTON SALGADO
YAGO	2. RAMEZ TEBET
VALDIR RAUTT	3. JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4. PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5. MAGUITO VILELA
PAPALEO PAES	6. GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PLE E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1. CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2. MAGNO MALTA (PL)
IDELI BALVATTI (PT)	3. EDUARDO SUPLICY (PT)
ROCELLO CRIVELA (PL)	4. FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRICIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO	1. JUVÊNCIO DA FONSECA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Publicado no DSF em 26/08/2005